

## **O IMPÉRIO PORTUGUÊS E COLONIALISMO EM HENRIQUE GALVÃO (1937/1947/1950)**

André Luiz dos Santos Vargas<sup>1</sup>

Henrique Carlos da Malta Galvão foi uma das personagens mais polêmicas da história do século XX português, sobretudo no contexto do Estado Novo e em relação ao colonialismo lusitano. De carreira militar no Exército e de participação política no país, foi enviado a Angola depois de ter participado do “golpe dos fifis” em 1927. Em Angola, já em 1929, foi nomeado governador do distrito de Huíla, assim iniciando sua carreira de administrador colonial em importantes cargos. Desse cargo foi demitido meses depois por divergências com o governador-geral Filomeno da Câmara, tendo que retornar a Portugal. Dessa experiência, produziu um relatório de governo, o “Relatório de Huíla” em 1929. Nesse documento não ataca gravemente as políticas coloniais do Estado Novo, mas faz considerações críticas de maneira mais geral e mais específica a alguns governadores. Preocupa-o Portugal não ter “uma doutrina colonial, nem um espírito colonial, nem um método colonial”<sup>2</sup>. Acusava a falta de coerência política quanto ao colonialismo, tendo no lugar os interesses e arbítrios pessoais de ministros e governadores.

Em 1930 Henrique Galvão já está em Lisboa e defende em uma importante instituição de assuntos coloniais, a Sociedade de Geografia de Lisboa, as restrições orçamentárias que são a solução de Salazar para a crise econômica em Angola. Mas foi nesse ano também, a 8 de julho, que foi aprovado o Acto Colonial em substituição do artigo V da Constituição Política da República Portuguesa, de 1911. Esse decreto inclui o projeto político para as colônias, elaborados principalmente por António de Oliveira Salazar, Armindo Monteiro e Quirino de Jesus:

“Em traços gerais, este diploma inaugura uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, que irá vigorar até 1951. Esta fase corresponde à nova conjuntura interna e externa; traduz um desejo de ruptura com a orientação republicana e reflecte uma

---

<sup>1</sup> Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás. Bolsista CAPES.

<sup>2</sup> GALVÃO, Henrique. Huíla – Relatório de Governo, p.4 apud. ZILHÃO, 2006, p.57.

certa apreensão perante a cobiça das grandes potências pelos territórios coloniais portugueses”<sup>3</sup>

O Acto Colonial, por força de lei, traz mudanças significativas na doutrina colonial portuguesa, até então de modelos quase intactos do século XIX<sup>4</sup>. Em pleno contexto da crise mundial de 1929 o Acto Colonial define os quadros jurídicos e institucionais das possessões ultramarinas, recorrendo aos ditos direitos e vocações históricas de Portugal, tratando de assuntos sobre os africanos e centralizando a política colonial sob a justificativa de comunidade e solidariedade orgânica entre a metrópole e as províncias como uma só nação, portanto a todos os domínios a nomenclatura corrente será a do “Império Colonial”<sup>5</sup>, no qual as colônias passarão a ser “Províncias Ultramarinas”. O documento é dividido em quatro títulos de importância: I – Garantias Gerais; II – Indígenas; III – Regime político e administrativo; e IV – Garantias económicas e financeiras. Em 1933, já sob o Estado Novo, é promulgada a nova Constituição de acordo com os paradigmas e ideologia do regime. O Acto Colonial é nela incluído no artigo 132º, do título VII (“Do Império Colonial Português”) e em 1935 tem algumas alterações promulgadas.

Sendo assim o Acto Colonial deveria sanar algumas das preocupações do jovem Henrique Galvão no Relatório de Huíla em 1929, por se tratar agora de um documento de lei que visa dar coerência aos projetos coloniais portugueses em todas as suas possessões em África e Ásia, bem como tratar de assuntos diretamente relacionados à administração, finanças, economia e mão-de-obra. Escolhi para esse artigo fazer a análise de três documentos de Henrique Galvão, escritos em momentos políticos específicos em sua trajetória marcada por apoiador e propagandista do Estado Novo e posteriormente por ser um dissidente, opositor e um dos mais perseguidos opositores políticos de Salazar:

- Em 1937, à época já como Inspetor Superior Colonial, escreve um livreto que na verdade é um panfleto, “*O Império*”, de intensa propaganda ao Estado Novo e elogios às práticas políticas salazaristas;
- Em 1947, já como deputado por Angola à Assembleia Nacional, apresenta em sessão secreta um relatório denunciando vários escândalos políticos e sociais nas

---

<sup>3</sup> CASTELO, Cláudia, 1998, pp.45-46.

<sup>4</sup> ROSAS, Fernando, 1996, p.89.

<sup>5</sup> Idem, p.91.

colônias, tolerados pelo governador-geral e também pelos altos administradores do Estado Novo, incluindo Salazar. Este documento foi publicado em sua obra de dissidente, já de memórias sobre a Operação Dulcineia em 1961, “O Assalto ao ‘Santa Maria’”, sob o título “*Relatório sobre problemas nativos nas colônias portuguesas*”. Nas referências utilizarei a versão disponível nos arquivos da Fundação Mário Soares, sob o título “*‘Rapport Galvão’ I. Documents - Relatório Henrique Galvão*”. As diferenças desse para o que foi publicado no livro são pequenas, de ordem de subtítulos e correções ortográficas. Em minhas referências, as correções de datilografia por mim foram corrigidas. Foi esse documento que deu início ao isolamento político de Galvão e sua dissidência, com aproximação da oposição democrática. No mesmo ano de 1947 faz a defesa de um intelectual e nacionalista português envolvido em um golpe político, Carlos Selvagem, e isso piora a situação de perseguição contra Henrique Galvão;

- Em 1950, em parceria com Carlos Selvagem, escreve em quatro volumes “*O Império Ultramarino Português – Monografia do Império*”, escrevendo sobre cada possessão ultramarina portuguesa com ricos detalhes sobre economia, administração, clima, relevo, hidrografia, fauna, flora, demografia, etnologia e outros itens. Para essa análise e comparação propostas, basta trabalhar a introdução contida no volume I.

### **“O Império”**

Este pequeno livro foi publicado em 1937, quando Henrique Galvão já era Inspetor Superior Colonial. Neste mesmo ano ele havia publicado um mapa da Europa intitulado “*Portugal não é um país pequeno*”, no qual os países estão em laranja e as possessões ultramarinas portuguesas estão sobrepostas sobre o continente europeu em vermelho, de modo a demonstrar que a soma dos territórios de domínio lusitano são quase do tamanho de toda a Europa. No canto superior esquerdo faz a comparação das áreas, somando as possessões portuguesas com a metrópole 2.168.071 km<sup>2</sup> e somando a Espanha continental, França, Inglaterra, Itália e Alemanha 2.096.639 km<sup>2</sup>. Essa manipulação de imagem com os cálculos de superfície têm intenção clara de Galvão, em uma época em que Portugal vivia em crises econômicas perante as outras potências e que o seu tamanho sempre foi tido

como pequeno, o autor responde com a suposta grandeza da superfície dos territórios imperiais.

N'O Império a imagem da capa também é bastante significativa: é um globo terrestre focalizado em Europa, África e sudeste asiático, com Portugal e suas possessões destacadas. No canto superior direito uma estrela e no oposto, inferior esquerdo, outra. Acima do globo uma cruz, configurando o planeta como uma *orbe* ou *globus cruciger*, símbolo tradicional cristão que representa a máxima autoridade de Cristo sobre a Terra. Em figuras da Antiguidade Tardia ou da Alta Idade Média é comum vermos grandes personagens segurando uma orbe, como são casos de representações de Carlos Magno, o rei dos francos, em uma alusão ao imperador mandado por deus. Na capa do livro de Galvão ninguém segura essa orbe, mas deixa a interpretação de que o império português é muito mais que político ou econômico, mas espiritual. O orbe do império lusitano está solto, ninguém o segura, mas pelo conteúdo do livro receio que se Galvão colocasse alguém o segurando, seria Oliveira Salazar.

O primeiro capítulo tem um nome significativo: “O Império e sua missão”. Essas palavras têm sentido na história colonial portuguesa, em que o pioneirismo moderno do país europeu em se expandir para além-mar é tomado ideologicamente como direito e vocação histórica, sobretudo após a independência do Brasil em 1822 e os interesses das outras potências europeias com a partilha da África e a Conferência de Berlim em 1885, também o ultimatum britânico que impediu a realização do projeto do mapa cor-de-rosa. Esse conteúdo ideológico e o ressentimento nacional que gera são de grande importância para a compreensão das práticas coloniais portuguesas a partir do século XIX, assentados na ideia de que Portugal foi feito país fraco e decadente, mas que em meio ao sarcasmo se fez ressurgir orgulhoso<sup>6</sup>, já no Estado Novo e depois do Acto Colonial como o Terceiro Império. Aqui entra essa obra de Galvão como importante forma de propaganda desse regime e reprodutor da ideologia quase mística do império português.

Começa por definir que a história de Portugal é resumida em três finalidades: a Peninsular, de formação do reino (século XII); a Europeia, de luta contra os mouros; e finalmente a finalidade Mundial, de expansão ultramarina e que dez anos antes da publicação da obra, por volta de 1927, se fez “ressurgir das cinzas”, com a “Política

---

<sup>6</sup> PÉLISSIER, René, 2004, p.22.

portuguesa reintegrada em sua essência original”, retomando a sua fase mundial, seguindo o seu “destino” ou sua “missão”<sup>7</sup>. A partir disso que Galvão trata o período liberal com a visão de mundo de um defensor do modelo do Estado Novo. O liberalismo, segundo diz, levou a Europa à desordem, confusão, incerteza e amoralismo político<sup>8</sup> e que em Portugal, com a monarquia e depois com a república liberal anterior ao Estado Novo e ainda com consequências na Ditadura Militar, desviou a Nação durante um século de sua missão ou finalidade: colonizar<sup>9</sup>. Com isso, Galvão tece elogios a Salazar, que como Ministro de Finanças e posteriormente como chefe de governo do Estado Novo, teria superado as consequências da crise mundial de 1929, assim como era os discursos de outros regimes fascistas do período:

“(…) um Homem de raro equilíbrio e profundo saber, um Homem capaz de agir como órgão de acção e de pensar como órgão de ideias, restaura a vida portuguesa, desperta as virtudes adormecidas deste povo, refaz uma doutrina, reconstitue uma força e encaminha de novo Portugal para o cumprimento da sua Missão, no rumo glorioso da sua finalidade histórica: Salazar”<sup>10</sup>

Prosseguindo o raciocínio falando do império, faz a comparação com outros países para afirmar que a concepção imperialista da política portuguesa não é a mesma das outras potências europeias. Reafirma a corrente ideia de que o colonizador português e sua ação em outras terras é pacífica, construtiva e civilizadora, ao contrário de outras potências que têm características puramente políticas e militares<sup>11</sup>, e que o dever do Estado Novo era instalar a ideia do Império na consciência nacional, não como criação mas como renovação dessa ideologia de unidade que pertence à essência da “raça”, por tantos anos adormecidas, segundo ele<sup>12</sup>. Temos assim não só a ideia de destino de uma raça (a portuguesa, a “civilizada”) sobre outras (os africanos, os “primitivos”) e contra outros povos europeus. Henrique Galvão reitera um nacionalismo colonialista e imperialista, com tons de misticismo de um povo eleito para empreender a

---

<sup>7</sup> GALVÃO, Henrique. 1937, p.5.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Ibidem, p.6.

<sup>11</sup> A obra de René Pélissier (2004), apesar de ser praticamente uma defesa ao colonialismo português, cita esses “mitos” do colonizador lusitano, mas sua tese é a de que o colonialismo empreendido por Portugal se deu por força das armas para expansão e defesa territorial, visto que os recursos de capital e investimento eram mais fracos em comparação a outras potências. Dessa mística do colonizador português nasce o conceito de *lusotropicalismo* do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, que serviu de aparato ideológico para o Estado Novo, como trabalha muito bem Cláudia Castelo (1998).

<sup>12</sup> GALVÃO, Henrique. 1937, p.6.

civilização, caracterizado por sua flexibilidade e adaptabilidade em outras regiões e climas. Segundo ele, o império português é puramente espiritual<sup>13</sup>. Ao insistir na ideia de que Portugal é o país que tem uma missão histórica, dizendo que “estamos [os portugueses] com os melhores na vanguarda dos civilizadores do Mundo”<sup>14</sup> e que são agentes construtivos de ordem, civilização e espírito cristão<sup>15</sup>, Henrique Galvão exerce seu papel de intelectual não expondo uma ideia puramente pessoal, mas expressando visão de mundo de um grupo específico do Estado Novo, que são seus gestores na incumbência de se colocar Portugal novamente no nível de grande potência. Isso fica bem claro quando cita Portugal como agente de constituição de um continente euro-africano<sup>16</sup>.

A parte seguinte de seu livro é sobre o Acto Colonial. Reforçando sobre esse documento, ainda mais inserido na carta constitucional, ele é a doutrina que via na expansão ultramarina a condição de sobrevivência da nação e aspecto central da conservação da identidade portuguesa. Visa criar e recriar em Portugal o mito imperial de unidade e se baseia na centralização, nacionalização e reforço do regime de pacto colonial<sup>17</sup>. Henrique Galvão em “O Império” celebra esse diploma responsabilizando Salazar pelo sucesso das ideias. Cita suas principais resoluções, como os artigos 2º e 3º que dizem ser da essência orgânica de Portugal desempenhar sua função histórica de possuir, colonizar e civilizar formando o Império Colonial Português<sup>18</sup>. Trata de maneira elogiosa todos os outros pontos, como os que tratam dos indígenas, como assim eram chamados as diversas populações étnicas africanas, apontando o caráter miscível e adaptável do homem português, que assimila o indígena à civilização e nação portuguesa cristã. Também defende as ideias de solidariedade e união das províncias com a metrópole, tratadas no título III sobre o regime político e administrativo.

Não existe nesse livro os relatos das práticas coloniais regidas pelo Acto Colonial desde 1930. Galvão elogia as ideias, a iniciativa e a ideologia da missão espiritual portuguesa em colonizar. Sugere que todo o império é nação portuguesa e que não só a metrópole levaria vantagens. Reforça a ideia do documento, sobretudo quanto à questão indígena, defendendo um Estado paternalista e protetor, civilizador sobre a

---

<sup>13</sup> GALVÃO, Henrique, 1937, p.7.

<sup>14</sup> Ibidem, p.8.

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> ALEXANDRE, Valentim, 1993, pp.62-63.

<sup>18</sup> GALVÃO, Henrique, 1937, p.9.

suposta minoridade daqueles povos. Embora se faça a propaganda de que todos são portugueses, na verdade a visão dos africanos vinda de correntes racistas – e eu incluo as racialistas – ainda do século XIX é dominante no Acto Colonial e na defesa de Galvão, que deixam expostas as ideias de inferioridade de raça dos africanos e superioridade dos portugueses<sup>19</sup>. Está reproduzida aqui a ideologia imperial de um dos mentores mais importantes do Acto Colonial, que não é Salazar como Galvão defende, mas Armindo Monteiro, ministro das Colónias de 1931 a 1935, um dos grandes responsáveis pela “mística imperial” do documento, com o amor pelo império e afirmação do Estado Novo; o Império como algo atemporal, espiritual e moral na mentalidade dos portugueses. Foi com ele no ministério que se organizaram feiras, congressos, mostras e exposições coloniais; Galvão pôde dirigir e organizar as Feiras de Amostras Coloniais de Luanda e Lourenço Marques em 1932 e a I Exposição Colonial Portuguesa, no Porto, em 1934. São essas exposições, de carácter quase circense ou de zoológico, bem típicas de domínio colonial, que expressam a mística imperial lusitana sobre as terras possuídas.

O autor segue a mesma lógica de escolhas de dados para discorrer sobre administração, finanças, economia e demografia. Não convém, pelos limites do artigo, detalhar nesses pontos, mas é notável o tratamento que dá a Salazar nesse livreto. Ele é o homem que, segundo Galvão em 1937, resgatou Portugal e é responsável, no Estado Novo, por recolocar o país no caminho destinado à sua história em particular: a da missão portuguesa. A pouca disposição de capitais e a posição de Portugal perante as outras potências são colocadas como fatores de otimismo para a nação, colocando confiança em Salazar e sua capacidade de construir um futuro glorioso.

### **“Relatório de 1947”**

Escrito dez anos depois do livro acima, o conteúdo deste documento é tratado de forma bem diferente. Não se faz de maneira alguma uma propaganda tão apaixonada pelo regime e pelo ditador, mas também não é uma propaganda anti-Salazar tão feroz como suas posteriores obras como dissidente. É um relatório pesado, de denúncias graves às situações de corrupção, maus tratos e ingerências nas colónias, principalmente

---

<sup>19</sup> CASTELO, Cláudia, 1998, p.47.

Angola e Moçambique. O início trata do esvaziamento demográfico nas colônias, não da emigração legalizada que parecia já ser um prejuízo, mas da emigração clandestina que, segundo Galvão em um certo tom de defensor de superioridade e quase uma eugenia, deixava nas terras portuguesas só os velhos, doentes, crianças, mulheres e débeis<sup>20</sup>. Além disso, as pessoas que emigram para as terras vizinhas, possessões de outras potências, trazem informações tentadoras sobre o nível de vida além das fronteiras das colônias portuguesas. Demonstra aí sua preocupação com a reputação do colonialismo português e a perda de população com territórios esvaziados, que até aqui é tratada como uma perda política. Galvão critica não a prática colonial, mas o envenenamento da burocracia portuguesa sobre uma prática colonial que não está sendo bem aproveitada.

A seguinte parte é sobre a decadência física das populações nas colônias, sobretudo os africanos. A falta de assistência médica, hipoalimentação, diminuição da natalidade, aumento da mortalidade infantil, invalidez e mortalidade no trabalho são fatos descritos como acontecimentos caóticos. Faz acusações gravíssimas de operações de extermínio, de crueldade excessiva e que, além de causarem mais esvaziamento demográfico, fogem da “política tradicional” portuguesa de poupar indígenas<sup>21</sup>. Propõe não só um tratamento diferenciado, mas aponta que o que existe nos códigos de trabalho do Estatuto Indígena não passa de letras sem validade na realidade<sup>22</sup>. Praticamente Henrique Galvão não critica a ideologia colonial portuguesa, pelo contrário, ele parece defendê-la, mas como se dá a prática é o grande problema para ele. Não deixa de demonstrar seu racismo ou a ideia de inferioridade dos africanos, apontando como fatores de pobreza e mortalidade não só as práticas abusivas de portugueses em solo africano, mas os “barbarismos” das culturas locais<sup>23</sup>.

Tudo isso até agora indicado também incluem o caos administrativo na assistência médica e sanitária, que deixam inválidos e matam vários africanos. O autor segue acusando o caos relacionado ao trabalho, em sua parte mais polêmica do documento. Diz haver uma distância entre a lei e a realidade<sup>24</sup>, ou seja, aquilo que está no Acto Colonial, por exemplo, não é cumprido na realidade. Antes de mais nada há

---

<sup>20</sup> GALVÃO, Henrique, 1947, p.1.

<sup>21</sup> Ibidem, pp.3-4.

<sup>22</sup> Ibidem, p.5.

<sup>23</sup> Idem.

<sup>24</sup> Ibidem, p.9.



carência de mão-de-obra, déficit de mão-de-obra masculina em idade produtiva e sobram casos de trabalho compulsório, assemelhados pelo autor a trabalho escravo. Sobre isso escreve:

“Quer dizer, falta-nos em Angola a massa de mão de obra necessária para manter o nível actual de produção e desenvolvimento em condições humanas de utilização do trabalhador. Falta-nos em todas as colónias a massa de trabalhadores necessária para encararmos realização de grandes planos para o futuro. As possibilidades espontaneas de elevar o número de homens válidos entre os quais se recrutera a massa de trabalhadores encontram-se reduzidas pela decadência física dos povos e o empobrecimento demográfico das colónias”<sup>25</sup>

Somado a essa declaração, ele acusa como se dá o fornecimento da mão-de-obra e como se dá os contratos, que no documento são relatados como formas de escravidão, inclusive com “indígenas” sendo vendidos como mercadoria. O recrutamento é bruto e há casos de trabalho voluntário, sem remuneração, sem salários justos ou simplesmente sem salários, travando a economia colonial. Para piorar a gravidade das denúncias, acusa que o Estado fornece mão-de-obra a particulares por meio de recrutamento<sup>26</sup> e que as condições de trabalho chegam a gerar mortes. O tom de gravidade dado é o de que as práticas coloniais traem todos os princípios ideológicos defendidos no Acto Colonial, sobretudo quanto ao tratamento aos indígenas que dispõe de título próprio e específico. E tudo isso se dá sob permissão dos governadores e dos altos cargos do Estado Novo, incluindo Salazar, por isso é um relatório tão polêmico que resultou em isolamento político do autor.

O indígena descrito como escravo da gleba e as leis que não são cumpridas, mas “prostituídas na generalidade dos casos”<sup>27</sup>, reforçam a denúncia. Chama-me a atenção para a preocupação que Galvão dá ao modelo de trabalho, de violenta exploração da força de trabalho e as críticas que faz às promessas não cumpridas de assistência técnica que fariam do trabalho indígena algo mais produtivo sem o abuso da mão-de-obra:

“Os serviços técnicos vivem encerrados nas torres de marfim, que são os seus campos experimentais e estações; onde por vezes se verificam diligencia, dedicação e boa vontade, mas cuja a acção não alcança o indígena. Salvo a

---

<sup>25</sup> GALVÃO, Henrique, 1947, p.10.

<sup>26</sup> Ibidem, p.17.

<sup>27</sup> Ibidem, p.19.

obra, alias sem folego por falta de meios, dos serviços Veterinários, que por vezes conseguiram entrar em contacto com populações pastoris, pode dizer-se que entre o produtor indígena e os serviços técnicos, não há comunicação de espécie alguma. O fosso que os separa ainda não foi transposto”<sup>28</sup>

Pensando nos dois trechos que transcrevi do relatório, vejo que não é apenas um ressentimento pessoal que o motiva a escrever. Também há o fato de que o Acto Colonial não está sendo cumprido, pois o que está escrito, de grande valor para os defensores do colonialismo do Império Português, não está sendo cumprido na realidade. Henrique Galvão demonstra aqui, além disso, uma visão de mundo econômica da situação: os trabalhadores não têm assistência de saúde, estão fugindo das terras e estão morrendo. Há um déficit de mão-de-obra produtiva. Os trabalhadores que sobram são mal tratados, sofrem castigos corporais e grande parte da população ainda deve conviver com baixos salários, ou sem salário nenhum. Há até velhos que não trabalham que são obrigados a pagar impostos altos. Tudo isso ainda vem acompanhado da falta de assistência técnica que é prometida mas não cumprida, que aumenta o índice de exploração violenta do trabalho por falta de tecnologia que aumentaria a produtividade diminuindo o esforço físico e o tempo da jornada de trabalho. Portanto, Galvão exprime aqui a visão de mundo de um capitalista que enxerga um suicídio econômico nas colônias. A economia está sendo travada pelas práticas quase escravocratas, pois os baixos salários e altos impostos, bem como a extorsão violenta de lucros e a perda de mão-de-obra para a doença, morte ou emigrações impedem a fluidez nas colônias e desorganizam inclusive as práticas produtivas tradicionais indígenas. Henrique Galvão, em sua posição de gestor colonial, critica os métodos econômicos que ocorrem durante o Estado Novo nas colônias, não criticando o Acto Colonial – parecendo inclusive defender seus princípios – e preocupando-se com formas ditas mais modernas de produção, a dizer, por formas de extorsão de mais-valia relativa.

Conclui esse documento criticando o “Colonialismo do Terreiro do Paço”<sup>29</sup>, ou seja, chama para si o poder de testemunho, por pisar no chão africano e assim se dizer mais conhecedor dos problemas coloniais que os gestores de gabinete ou universidades em Lisboa que nunca pisaram nas províncias ultramarinas. É assim que procura dar legitimidade e validade para suas denúncias e acaba ganhando respaldo, por isso sofre perseguições posteriormente, se tornando um opositor.

---

<sup>28</sup> GALVÃO, Henrique, 1947, p.20.

<sup>29</sup> Ibidem, p.22

## “Monografia do Império”

Esse livro é escrito em parceria de Carlos Selvagem, grande escritor, dramaturgo, e nacionalista português, também perseguido pelo regime. “O Império Ultramarino Português – Monografia do Império” é publicado em 1950, depois de Galvão ficar isolado no campo político português e antes de apoiar a candidatura de oposição de Quintão Meireles em 1951 e antes de ser preso pela PIDE em 1952. O que me interessa nessa coleção para esse artigo está no volume I, e se tratam do prefácio e da introdução. No prefácio deixam expostas as intenções de se tornar pública a monografia, de conhecimento que dizem ser neutro para ser de conhecimento da população interessada. Fazem críticas aos trabalhos acadêmicos sobre as colônias, no mesmo tom de poder testemunhal, afinal os dois autores conheceram as colônias de perto e se dizem melhores conhecedores do assunto.

Na introdução pretendem fazer uma análise do processo ou teoria geral da colonização e afunilar para o caso português. Começam da Antiguidade, descrevendo em tons de elogio os processos de conquista e colonização, sobretudo ao caso do Império Romano<sup>30</sup>. Comparam desde aí o tipo de colonização e expansão romana ao tipo português, de caráter civilizador e de fácil miscigenação com outros povos. Frisam o cristianismo como fato unificador e facilitador do colonialismo romano e até a Idade Média citam Roma como o povo que melhor dominou e absorveu as culturas e costumes também de seus povos dominados. As invasões bárbaras e as invasões mouras que engendraram as culturas na Europa da Idade Média são o fechamento, para os autores, do colonialismo antigo e marcam o início do colonialismo moderno.

Nesse sentido, não se vê novas empresas de colonização ou expansão, até o pioneirismo português no século XV: “Animados por sentimentos mistos de cruzada e de ganância (...) iniciaram os portugueses um tipo novo e original de colonização, povoando, evangelizando, comerciando, valorizando territórios”<sup>31</sup>. Esse é o início da colonização moderna, de pioneirismo português e seguida por outras nações da Europa. Com isso já se justifica o destino histórico de Portugal e sua vocação para a colonização, portanto defendendo ideologicamente as teses de que foram injustas as decisões tomadas durante a Conferência de Berlim e outras ameaças à integridade de

---

<sup>30</sup> GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos, 1950, p.17.

<sup>31</sup> Ibidem, p.20.

posse dos territórios coloniais portugueses, que foram incentivos para a redação do Acto Colonial.

Fazem assim um histórico de colonização portuguesa, afirmando os cinco séculos de posse, a vocação histórica, o tipo “espiritual e utilitário” do colonialismo português, em contraposição ao de outras metrópoles que só visavam lucros e exploração econômica<sup>32</sup>. Citam trechos de autoria de Eça de Queiroz comparando as relações de metrópoles com colônias como relações entre pais e filhos, em que os povos colonizadores educam e civilizam os povos colonizados, vistos assim como em estágio de menoridade<sup>33</sup>. As metrópoles, como pais, não devem criar os “filhos” para sempre. Devem educá-los quando “crianças” mas deixando condições necessárias para se tornarem adultos autônomos, mas sem nunca esquecer quem foram os pais, devendo-lhes o respeito, tradições e reconhecimento de heranças, no sentido de prolongamento, propagação ou perpetuação. A metrópole quer uma colônia à sua imagem e semelhança, assim como os desejos – talvez egoístas – de pais com filhos. Dizem ser assim os postulados e princípios “indiscutíveis” da “consciência universal” da colonização moderna<sup>34</sup> e desta maneira, no caso lusitano, defendem a unidade imperial das colônias como partes da nação portuguesa.

Traçam o histórico colonial português citando desde o século XV os principais eventos e dificuldades da história portuguesa com suas possessões no ultramar, incluindo a separação do Brasil – que em uma parte diz não guardarem os portugueses rancor deste fato, mas em outra quase confessa certo ressentimento – e a conseqüente atenção para as colônias africanas, sobretudo Angola. Também reafirmam o direito histórico de Portugal tratando as outras potências europeias no contexto da partilha da África como empecilhos e oportunistas, sobretudo a Inglaterra com o ultimatum e a Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial. Foram mais sucintos com o século XX, não demonstrando apreço, ou melhor, nem citando as práticas de Salazar, mas colocam o que dou mais importância para o assunto do artigo:

“O movimento militar de Maio de 1926, tendo encontrado todas as colônias perfeitamente ocupadas, em paz profunda, e em vias de rápido desenvolvimento económico pôde abrir uma nova era na administração do

---

<sup>32</sup> GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos, 1950, p.21.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>34</sup> Idem.

Ultramar, com a promulgação do Acto Colonial e do regime orgânico de 1933, que cindindo o antigo bloco metrópole-Ultramar criou o *Império Colonial Português*. As colónias conheceram uma definição mais precisa de sua personalidade política e dos seus objetivos no conjunto nacional e, nalgumas delas, como Angola, as suas finanças perigosamente desordenadas, foram regularizadas e estabilizadas. Toda a administração foi reorganizada em regime de auto-suficiência – e, se os moldes em que esta se restabeleceu se mostraram, por vezes, precipitados na sua concepção, por mal informados acerca de certas realidades da vida e actividades nas colónias, tiveram todavia a virtude de criar ordem e regras novas de orçamentologia e contabilização, que travaram a tendência para a desordem evidenciada pelo entusiasmo e euforia do regime anterior. Dessa ordem e regras se pôde constituir, melhor do que antes, sob as indicações de uma revisão conscienciosa de erros e de realidades políticas, sociais e económicas, a nova Política do Império, sem prejuízo, antes servindo, os princípios expressos no Acto Colonial”<sup>35</sup>

Aqui os autores, considerados opositores ao regime, tiram o peso das críticas. Aquilo que Galvão escreveu em 1947 não é repetido nesse caso, mas ponderado. Deixam claro que são simpáticos ao Acto Colonial, enfatizando seus pontos positivos ao Império e sugerindo que nem sempre são seguidos ao pé da letra na realidade, mas a mensagem que fica é a do otimismo trazido pelos paradigmas deste documento e algumas críticas ao regime anterior, de cariz liberal.

### **Considerações finais**

A fim de conclusão pela comparação, vejo que os três documentos são escritos em momentos distintos da trajetória política de Henrique Galvão, incluindo elogios ou duras críticas. Há uma coerência de visão de mundo do autor entre todos os documentos, apesar dos momentos políticos específicos em que são escritos. O primeiro documento tratado faz grandes elogios à política colonial vigente, o segundo traz críticas duras e o terceiro é mais parcimonioso de juízos de valor. Seja como um salazarista, seja como um crítico do regime, seja como já dissidente, Henrique Galvão deixa constante um elogio ao Acto Colonial e aos novos paradigmas trazidos pelo documento. Mesmo em suas críticas em 1947, em que faz uma crítica às práticas que traem os princípios das diretrizes e não a crítica às diretrizes. Mantém a defesa da

---

<sup>35</sup> GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos, 1950, p.62.

ideologia de que Portugal é país pioneiro e portanto tem vocação e direitos históricos sobre possessões ultramarinas, que a colonização portuguesa é antes de tudo tradicionalmente espiritual e não meramente política ou econômica e que o colonizador português tem maior facilidade para adaptação a outros climas e povos.

Suas críticas são no sentido de que no Estado Novo havia situações em que não se cumpriam o que por lei estava no Acto Colonial. Expressava assim a visão de mundo de um nacionalista, colonialista e conservador nesses aspectos. Ainda, não comungava como dissidente, com as práticas do Estado Novo, mas sua visão de mundo a partir das críticas de 1947 não é puramente pessoal, mas expressões de um pensamento tecnocrático, que projetava uma economia desenvolvida sem travas, sem armadilhas para o próprio império. Ao defender a integridade dos indígenas, mantém o racismo intrínseco ao “misticismo imperial” e não está a ser um porta-voz de ideias humanitárias, mas um defensor de práticas mais ágeis de se desenvolver os processos produtivos no sentido de se fomentar o capitalismo português visando a unidade do império e nivelando Portugal de novo entre as grandes potências coloniais, ultrapassando o fardo de país pequeno, fraco e atrasado na Europa.

### **Referências Bibliográficas**

ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825-1974): Uma Perspectiva Global. In.: Penélope; nº11; 1993; pp.53-66.

ANTÃO, Nelson Moreira; TAVARES, Célia Gonçalves. Henrique Galvão e o assalto ao Santa Maria. Percurso de uma dissidência do Estado Novo e suas repercussões internacionais. Revista Sapiens, nº0, dez. 2008, p.84-110.

BERNARDO, João. Economia dos Conflitos Sociais. Cortez Editora, São Paulo, 1991.

CASTELO, Cláudia. “O Modo Português de estar no Mundo”: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto, Edições Afrontamento, 1998.

GALVÃO, Henrique. "Rapport Galvão" I. Documents - Relatório Henrique Galvão. 22 de janeiro de 1947 In.: Fundo de documentos Mário Pinto de Andrade, Fundação Mário Soares.

\_\_\_\_\_. O Assalto ao “Santa Maria”. Edições Delfos, Lisboa, 1973.

\_\_\_\_\_. O Império. Edições SPN, Lisboa, 1937.

GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos. Império Ultramarino Português – Monografia do Império. I volume. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950.

GOLDMANN, Lucien. Crítica e Dogmatismo na Cultura Moderna. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1973.

\_\_\_\_\_. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. Entre o fomento e o condicionamento: a economia portuguesa em tempos de crise (1928-1945). In: Francisco Carlos Palomanes Martinho; Flávio Limoncic. (Org.). A Grande Depressão: Política Economia na Década de 1930 - Europa, Américas, África e Ásia. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PÉLISSIER, René. As Campanhas Coloniais de Portugal 1844-1941. Editorial Estampa, Lisboa, 2004.

ROSAS, Fernando. O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938. Editorial Estampa, Lisboa, 1996.

ZILHÃO, Paulo Manuel Pulido Garcia. Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-36). Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

### **Documentos oficiais**

Ministério das Colónias: Decreto nº 18:570 - Aprova o Acto Colonial, em substituição do título V da Constituição Política da República Portuguesa. In.: Diário do Govêrno; Terça-feira 8 de Julho de 1930; I série – nº156.

Presidência do Conselho: Lei nº 1:900 - Promulga várias alterações no Acto Colonial. In.: Diário do Govêrno; Terça-feira 21 de Maio de 1935; I série – nº115.

Presidência do Ministério: Decreto nº 22:241 – Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa. In.: Diário do Govêrno; Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933; I série – nº43.